

# MULHERES, SOCIEDADE E ILUMINISMO: O SURGIMENTO DE UMA FILOSOFIA PROTOFEMINISTA NA INGLATERRA DO SÉCULO XVIII

Anderson Soares Gomes  
(UFRRJ)

## RESUMO

No século XVIII, pensadores de diferentes áreas do conhecimento inauguraram uma nova perspectiva epistemológica para o Ocidente. Na filosofia, economia e política, entre outros campos do saber, ideias inovadoras romperam com os paradigmas do pensamento europeu. Esses conceitos revolucionários ficaram conhecidos historicamente sob o termo Iluminismo. É nesse novo panorama intelectual que surge na Grã-Bretanha um grupo de autores que pela primeira vez questiona a posição de inferioridade social na qual as mulheres se encontram. William Alexander, Mary Astell, Catharine Macaulay e Mary Wollstonecraft são alguns dos pensadores que escrevem obras de cunho protofeminista, lançando as bases de uma filosofia de emancipação e direitos iguais para as mulheres do século XVIII. A partir dos escritos de filósofos como David Hume, John Locke e Jean-Jacques Rousseau (e da crítica dos mesmos), essas vozes que advogam uma maior igualdade no tratamento da figura feminina articulam um novo posicionamento da mulher em nível histórico, social e educacional.

PALAVRAS-CHAVE: filosofia, iluminismo, protofeminismo

O século XVIII se constituiu como um momento de profunda ruptura epistemológica na história do pensamento ocidental. Com o desenvolvimento de novas ideias e teorias surgidas especialmente na França e na Grã-Bretanha, foi formado um arcabouço intelectual conhecido historicamente como Iluminismo. Os preceitos iluministas, que englobavam as áreas mais variadas (política, economia, religião, ciência, fi-

losofia) abalaram várias das fundações acadêmicas que permaneciam praticamente inalteradas desde o Renascimento.

Alguns críticos se opõem à alcunha de “movimento” em relação ao Iluminismo dada a variedade de temas e reflexões, algumas vezes até mesmo paradoxais, surgidos no século XVIII. Immanuel Kant, por exemplo, afirma em seu ensaio *O que é o Iluminismo?* (1784) que o período não foi uma “era das luzes”, mas sim uma “era de iluminação”, indicando nessa sutileza o caráter contínuo desta fase. Contudo, é inegável que diferentes pensadores do período partilhavam muitos ideais semelhantes – sendo o principal deles a noção de progresso do homem e da sociedade. Na visão iluminista, o homem caminha na história em direção ao progresso. Nesta perspectiva sócio-temporal que Hans Ulrich Gumbrecht chama de “cronótopo historicista”, os indivíduos se afastam do passado ao mesmo tempo em que aprendem com ele, utilizando os eventos já ocorridos como modelos de sucesso ou fracasso. A partir daí, a humanidade se aproxima cada vez mais de uma noção histórica de progresso à medida que aponta para o futuro. (GUMBRECHT, 1992, p. 24)

Esta visão histórica coloca o homem em vias da realização de um processo civilizatório contínuo em que há um objetivo último comum: o progresso em sociedade. Este progresso, porém, requer uma profunda análise e revisão do passado, fonte inesgotável e também imprescindível de aprendizado. A partir daí, faz-se necessária uma reavaliação não só dos acontecimentos já ocorridos, mas também da própria forma em que se organiza a sociedade. Dentre os vários fatores que os pensadores iluministas tiveram que considerar para estruturar um caminho de progresso, poucos se mostraram tão desafiadores quanto o papel da mulher em sociedade. De acordo com Karen O’Brien, a reestruturação do pensamento histórico no século XVIII “trouxe, pela primeira vez, a idéia de que as mulheres, assim como os homens, têm uma história, e que, longe de serem compreendidas em termos de seus papéis biológicos, religiosos ou domésticos imutáveis, elas também mudam com o tempo” (O’BRIEN, 2009, p. 1).

Mais difícil que a iluminação sobre a questão das mulheres foi a iluminação das próprias mulheres. Enclausuradas em arquétipos repressores do século XVII que repetiam estereótipos cristalizados especialmente na religião na estrutura social, as mulheres dessa nova “Era das Luzes” eram ainda vistas pelo viés ultraconservador do final da Idade Média. Mesmo entre os mais reconhecidos pensadores iluministas notava-se a aplicação de julgamentos sócio-históricos distintos com

relação ao papel da figura masculina e da figura feminina. David Hume e Adam Smith, os dois mais importantes nomes do grupo que ficou conhecido como “Iluminismo Escocês”, por exemplo, colocam as mulheres numa posição indiscutível de inferioridade. Em seu ensaio *Das Origens e Progresso das Artes e Ciências* (1742), Hume atesta a superioridade masculina de maneira inequívoca, e por essa razão os homens devem agir generosamente com as mulheres, pois o contrário disso seria se assemelhar a um bárbaro:

Como a natureza deu ao homem superioridade com relação à mulher ao dotá-lo com maior força mental e corporal, faz parte dele atenuar essa superioridade, o máximo possível, pela generosidade de seu comportamento (...) Nações bárbaras expõem essa superioridade, reduzindo suas fêmeas à escravidão mais abjeta, ao confiná-las, violentá-las e vendê-las. Mas o sexo masculino, entre os povos educados, descobre sua autoridade de uma maneira mais generosa, porém não menos evidente<sup>1</sup>. (HUME, 1999, p. 297)

Já Adam Smith, considerado por muitos o pai da economia moderna, pensa que a liberdade feminina levaria para a Grã-Bretanha o tipo de libertinagem que prevalecia na França. Em seu texto mais famoso, *Natureza e Causa da Riqueza das Nações*, Smith não inclui a mulher como elemento capaz de exercer alguma função produtiva no universo de trabalho moderno. Ao invés de agir como um agente econômico, a posição feminina se reduzia, no ponto de vista do autor, a fornecer ao homem – trabalhador, responsável, provedor – momentos de relaxamento e distração. (SMITH, 1979, p. 88)

No entanto, David Hume e Adam Smith, entre outros pensadores do Iluminismo Escocês, tiveram um papel fundamental na mudança paradigmática ocorrida no século XVIII no que se refere à relação entre história e hábitos sociais. Um conceito muito debatido por esse grupo de intelectuais era o da chamada “história conjectural”. Essa nova forma de observar a posição do homem no mundo explora a relação entre moralidade e o comportamento social do indivíduo que ocorre especialmente em diferentes estágios sócio-econômicos. Nas décadas de 1760 e 1770, mais especificamente, esse estudo da história conjectural se ampliou, alcançando questões como a diferenciação entre direitos e deveres ditos como naturais, e outros considerados sociais. Assuntos como casamento e vida familiar se tornaram então tópicos de interesse do pensamento iluminista escocês – e nessas esferas, discutir o papel da

mulher era fundamental. Portanto, mesmo não tendo sido esta sua finalidade central, o Iluminismo Escocês acabou por fornecer um novo arcabouço filosófico para ampliar o entendimento da função que o elemento feminino possuía na sociedade e economia da época.

Um trabalho produzido por um autor do Iluminismo Escocês voltado especificamente para a história conjectural das mulheres foi *The History of Women*, publicado por William Alexander em 1779. Alexander, um médico de Edimburgo, analisou a situação feminina como o principal fator para se medir o nível de civilização ao qual um povo tenha chegado. Assim, dependendo do estilo de vida, hábitos e costumes das mulheres (assim como a relação delas com o casamento, com o aspecto doméstico etc.) poderiam servir como uma espécie de escala da sociedade civil.

Apesar de ser um trabalho inteiramente voltado para a questão da mulher no século XVIII, *The History of Women* não acrescenta muito para o avanço dos direitos civis. Em capítulos inteiros voltados à delicadeza feminina ou à questão do casamento, Alexander muitas vezes acaba por reforçar o papel restrito da mulher em sociedade. Em outros capítulos, o autor ensaia um melhor entendimento sobre como a estrutura social tende a julgar as mulheres erroneamente. No capítulo 18 de *The History of Women*, por exemplo, William Alexander tenta desenvolver uma teoria para no intuito de entender a razão pela qual a mulher é considerada inferior ao homem. Ele se utiliza especialmente de situações no mundo animal que sirvam de base para sua investigação. Os animais necessitam exercitar sua força física para sobreviver, e por esse motivo é possível dizer que um macho tem certa superioridade sobre a fêmea. Mas se consideramos seres humanos, onde a necessidade de força física não é tão constante, dizer que a mulher é inferior ao homem apresenta um raciocínio falacioso. O autor, dessa forma, presume que a subjugação da mulher por parte de uma figura masculina acaba sendo inexplicável e antinatural.

Esse tratamento indigno das mulheres de nossa espécie é uma singularidade do comportamento peculiar do homem, e não se originou de nada que ele pudesse observar ao seu redor, já que os animais machos não pretendem governar, dirigir ou ordenar as fêmeas; a não ser na força de seus corpos, podemos discernir que são superiores (...) Portanto parece que não podemos ter aprendido por analogia a considerar as mulheres como nossos inferiores; e se examinarmos

nossa pretensão à superioridade de maneira imparcial, vamos talvez perceber, a não ser na questão de força corporal, que ela é infundada. (ALEXANDER, 1779, p. 45)

É notável a tentativa de William Alexander de estabelecer uma perspectiva mais igualitária com relação aos gêneros. Entretanto, seu discurso é prejudicado pela subjetividade fortemente masculina que o autor apresenta - afinal de contas, ele fala de “*nosso* inferiores” e “*nos*sa pretensão à superioridade”. Portanto, a impressão final acaba sendo que *The History of Women* é um estudo sobre como os homens podem tratar melhor as mulheres com generosidade e atenção - mas os direitos delas acabam permanecendo os mesmos, sem alterar sua função social.

É importante ressaltar aqui que é perigoso considerarmos todas as mulheres britânicas do século XVIII sob o mesmo ponto de vista. Por ser tratar de uma sociedade altamente estratificada, a Grã-Bretanha dispunha de um diferente tratamento e oportunidades, por um lado, para as mulheres de classe média e alta e, por outro lado, para as mulheres pertencentes às classes menos favorecidas. Aquelas do primeiro grupo recebiam educação formal e possuíam um certo grau de instrução. Mesmo assim, dada a associação das mulheres com uma sensibilidade específica, as atividades exercidas pelas mesmas se restringiam ao terreno da música, da literatura ou da moda, i.e. sua participação efetiva na tomada de decisões para transformar a sua própria condição era limitada. Quanto às mulheres de classes sociais mais baixas, a participação fora da esfera doméstica era ainda mais restrita, já que dificilmente elas tinham condições de ter acesso a professores e tutores para ensiná-las nos fazeres mais artísticos da alta sociedade.

Uma das primeiras vozes femininas a se levantar almejando uma posição mais significativa para as mulheres se encontrava exatamente no limite social entre a classe alta e a classe baixa: trata-se de Mary Astell. Figura célebre na época, o nome de Astell é atualmente pouco estudado nos meios acadêmicos, mas seus textos são fundamentais para uma maior compreensão do mundo particular que as mulheres habitavam - e do qual pretendiam se libertar - no século XVIII.

Mary Astell nasceu em 1666 na cidade de Newcastle-upon-Tyne, no extremo norte da Inglaterra. Sua família era de classe média e vivia em condições financeiras difíceis. Mesmo assim, tanto Mary quanto seu irmão Peter recebiam educação formal de seu tio, Ralph Astell. O fato de Mary ter sido educada se deu simplesmente porque as famílias de

classe média da época consideravam válido educar as filhas também já que os meninos recebiam aulas. Portanto, a educação das moças era vinculada essencialmente àquela recebida pelos rapazes. Ralph Astell morreu quando Mary tinha apenas treze anos, e a educação formal dela foi interrompida. O que se sabe de sua pouco documentada biografia é que, a partir daí, ela precisou buscar por conta própria as fontes de conhecimento que posteriormente iriam influenciar seus textos.

Aos vinte e um anos, Mary Astell se mudou para Londres e, depois de um período de sérias dificuldades financeiras, conseguiu apoio para poder sobreviver de sua escrita. Esse apoio se dava através do sistema de patronagem, muito comum na época entre membros da classe alta inglesa e escritores em busca de um modo de sobrevivência. No caso de Mary Astell, suas benfeitoras eram mulheres da alta sociedade londrina também descontentes com os reduzidos direitos que possuíam. Astell, então, transbordava sua insatisfação e a de outras mulheres de seu círculo em suas produções textuais.

Mesmo depois de se tornar parte dos círculos intelectuais londrinos, Mary Astell permaneceu como uma figura que suscitava discussões. Um dos aspectos mais controversos do pensamento da autora é o seu conservadorismo político. A autora era uma Tory convicta, defensora do direito divino dos reis, da Igreja Anglicana e da necessidade dos súditos ingleses respeitarem seus monarcas. Num período em que a filosofia sofria uma mudança em favor da liberdade individual e a tônica do pensamento ocidental se tornava a separação entre o Estado e a Igreja, Mary Astell parecia não se inserir no arcabouço intelectual iluminista. Além disso, seu discurso parecia estar estabelecido em um profundo paradoxo: como é possível ser a favor de uma reforma na sociedade para ampliar os direitos civis das mulheres e apoiar os preceitos formadores desta mesma sociedade?

Nos textos de Astell, os aspectos políticos, religiosos e feministas constantemente encontravam-se indissociáveis, apresentando uma estrutura discursiva ao mesmo tempo libertadora (para as mulheres), porém conservadora (para a sociedade inglesa do século XVIII). Grande parte dos ensaios da autora são desenvolvidos em resposta a duas das grandes forças revolucionárias da época. Primeiramente, do lado político, de natureza mais prática, Astell se posiciona contra os “dissidentes” (*Dissenters*) ingleses, grupo de cristãos separados da Igreja Anglicana e que portanto não devia obediência religiosa ao rei. Filosoficamente,

Astell se opõe a vários aspectos da epistemologia de John Locke, um dos símbolos do Iluminismo inglês.

Em 1705, Astell publica uma de suas obras mais conhecidas, *The Christian Religion as Profess'd by a Daughter of the Church of England*, onde ela explicita seu antagonismo com o pensamento de John Locke, especialmente em relação a um ensaio do autor publicado dez anos antes, *The Reasonableness of Christianity* (1695). Nesse texto, Astell vai reforçar certo tom conformista presente em várias de suas obras, só que com uma justificativa religiosa. A autora deixa isso claro quando afirma: “Eu estou certa que a religião cristã em nenhum lugar permite a Rebelião.” (ASTELL, 1705, p. 47) Ainda assim, há espaço em sua defesa da igreja inglesa para uma afirmação da competência intelectual da mulher. Mais do que isso - na visão de Astell, a mulher teria a obrigação de utilizar a razão para agradar a Deus:

Se Deus não tivesse a intenção de fazer a mulher usar a razão, Ele não a teria dado, já que Ele não faz nada em vão (...) Uma mulher cristã portanto não deve ter o nível de entendimento de uma criança; ela deve servir a Deus com entendimento assim como afeição; deve amá-Lo com todo seu pensamento e sua alma, assim como seu coração e sua força; em uma palavra, deve realizar uma atividade racional se ela pretende ser aceitável aos olhos do seu Criador. (ASTELL, 1705, p. 14)

Em Mary Astell, essa postura religiosa pressupõe também uma postura política, que compreende que um monarca é apontado por Deus como seu representante terreno. Esse divino direito dos reis, do qual Astell era ardente defensora, foi um dos mais combatidos ideais do século XVIII na Inglaterra, especialmente por Locke em seu trabalho de filosofia política *Dois Tratados do Governo Civil* (1689). Os apontamentos indubitavelmente associados ao partido político Tory da autora aparecem mais claramente em *Some Reflections upon Marriage* (1700). Nesse texto, um dos mais célebres de sua produção, a autora realiza uma comparação posteriormente muito criticada. Fazendo uma analogia entre a esfera política e a esfera familiar, Astell traça um paralelo entre o papel do rei e o papel do marido, assim como comparar os deveres da esposa com os deveres dos súditos. Assim sendo, se o rei tem um direito divino de comandar, também o marido tem o direito de exercer sua autoridade sobre sua esposa; e assim como os súditos devem obediên-

cia ao monarca, também a esposa tem como uma de suas funções acatar as decisões do marido. A partir desse ponto de vista, podemos presumir que Astell, extremamente influenciada por sua crença na monarquia britânica e sua bem-delineada hierarquia, se contrapõe de maneira total à filosofia de John Locke, que prevê um contrato social entre o governante e o governado, assim como, mais do que o direito, o dever do governado de se rebelar caso esse contrato seja rompido.

Entretanto, é através de uma sofisticada ironia que Mary Astell, utilizando um dos conceitos mais básicos da epistemologia de Locke, vai criticar a posição inferior à qual a mulher é submetida tanto no ambiente doméstico quanto no social em geral. Em seu *Segundo Tratado do Governo Civil*, Locke afirma que “os homens são naturalmente livres e, de acordo com os exemplos da história, os governos do mundo que se iniciaram pacificamente, foram fundados sob essa afirmação e se constituíram através do consentimento do povo.” (Locke, 1996, p. 40) O que Mary Astell faz é transferir o cerne do pensamento filosófico de Locke da arena da política para a arena dos gêneros. Ela afirma que muitas vezes, os mesmos homens que criticam a tirania e o abuso de poder dos governantes agem da mesma forma com suas mulheres no ambiente familiar. Ela pergunta: “Não é injusto por parte dos homens praticar em suas famílias o domínio arbitrário que eles abominam no Estado? Pois se o poder arbitrário é mau em si (...) não deveria ser praticado em lugar nenhum.” (ASTELL, 2006, p. 2835)

Astell vai mais longe e expõe uma certa atitude hipócrita de certos homens com relação a um dos aspectos centrais do pensamento iluminista - a liberdade individual. Ela pergunta: “Se *todos os homens nascem livres*, por que é que todas as mulheres nascem escravas?” (*Idem*) Dessa forma, a autora questiona o papel da mulher especialmente com relação ao casamento, já que o divórcio na Inglaterra do século XVIII era inaceitável socialmente e poderia tornar a mulher uma verdadeira serviçal para o marido. Mais do que isso, a autora abre a discussão sobre o abismo existente entre as oportunidades para o homem e a mulher como agentes sociais. Essa atitude contestadora fez de Mary Astell uma das primeiras vozes a levantar a questão da igualdade de direitos da mulher servindo a um discurso profeminista.

Diante das mudanças proporcionadas pelas teorias do Iluminismo, Mary Astell encontra-se em uma posição conservadora no que concerne a política e a religião, porém revolucionária com relação à questão de igualdade de direitos sociais das mulheres. Seus panfletos e livros ser-

viram de semente para futuras escritoras do século XVIII que posteriormente se utilizaram de outras maneiras para exigir uma função mais ativa da mulher em sociedade.

Mary Astell foi uma das primeiras pensadoras do século XVIII a manifestar a existência de uma pronunciada inconsistência na base do pensamento iluminista como um todo. Assim como ela, outras escritoras acreditavam que a ideia de progresso em sociedade, cara ao *zeitgeist* do século das luzes, não combinava com a situação submissa e atrasada em que a imensa maioria das mulheres se encontrava. Afinal de contas, as diferenças práticas entre o papel exercido pela figura feminina no século XVIII e no feudalismo, por exemplo, não eram tão radicais como poderia parecer. O desenvolvimento de uma consciência histórica para as mulheres, portanto, deveria também fazer parte do projeto iluminista para que a sociedade como um todo progredisse e a cidadania se estendesse a todos.

O avanço da educação para as mulheres e o estímulo ao progresso feminino na história foram dois dos assuntos centrais da escrita de outra importante voz do século XVIII: Catharine Macaulay. Uma das mais notáveis artífices da organização de um pensamento profeminista em favor da igualdade de direitos e, em especial, de uma maior liberdade para as mulheres, Macaulay lançou a base da construção dos preceitos iluministas voltados especificamente para a história e a melhoria das condições sociais femininas. Diferentemente de Mary Astell, Catharine Macaulay tinha uma aproximação ideológica com o partido Whig (liberal) e era uma ardente defensora do republicanismo, criticando os excessos da monarquia e apoiando uma limitação dos poderes dos governantes. A autora partilhava dos ideais surgidos no Iluminismo Escocês e dos escritos de John Locke. Porém, ela via várias das mudanças paradigmáticas propostas por esses autores como necessárias também à mulher.

Nascida em 1731, Catharine Macaulay não teve uma educação formal, assim como a maioria de mulheres de sua época. A mãe da jovem Catharine morreu quando ela tinha apenas dois anos de idade e ela passou a ser criada pelo pai, juntamente com seu irmão John. Como havia uma grande biblioteca em sua casa, é provável que ela tenha desde cedo tido interesse pelas vastas obras ali reunidas, inclusive alguns volumes de história romana. Daí pode ter surgido o fascínio que a futura Catharine veio a desenvolver pelo estudo da história. A autora se casou em 1760 com o médico George Macaulay, com quem teve uma

filha. Posteriormente, Catharine Macaulay se viu no centro de uma grande polêmica ao se casar novamente com um homem vinte e cinco anos mais jovem que ela. É interessante notar que, tanto na infância quanto na vida adulta, Macaulay se deparou com situações nas quais a desigualdade dos gêneros impedia a consolidação do direito à cidadania plena das mulheres.

Ao contrário dos escritos de Mary Astell, o pensamento liberal de John Locke foi crucial para delinear grande parte do estofamento filosófico dos escritos de Catharine Macaulay. *Dois Tratados do Governo Civil*, tão criticado por Astell, influenciou Macaulay a enfatizar a necessidade das mulheres de também possuírem os direitos civis e políticos que Locke tão veementemente advogava em sua obra. Contudo, a autora arquiteta sua defesa de igualdade de direitos através da articulação de um discurso historiográfico próprio, uma iniciativa inovadora para uma mulher da época. Isso se dá com o lançamento, em 1763, do primeiro volume de *The History of England from the Accession of James I to that of the Brunswick Line*, que depois teria mais sete tomos e se tornaria um sucesso de crítica e público. A coleção é “um relato republicano radical do século XVII e início do século XVIII na Inglaterra que documenta o breve experimento do país com a liberdade genuína (a *Commonwealth* de 1649-1653), sua reversão ao despotismo sob Cromwell, e seu fracasso em realizar algum progresso desde então.” (FITZPATRICK et alii, 2004, p. 627).

Nesta obra em especial, nota-se que o republicanismo de Macaulay acaba se sobrepondo ao questionamento dos princípios de gênero. Um dos possíveis motivos para uma ênfase maior nas teorias da ciência política seja a necessidade de dar uma resposta acadêmica a David Hume, que havia escrito a sua *History of England* no período de 1754 a 1762. Em primeiro lugar, há uma grande divergência política entre os dois pensadores, já que o conservadorismo Tory de Hume muitas vezes limita seu ponto de vista, se valendo até mesmo de certas afirmações de cunho duvidoso, como, por exemplo, desconsiderar a relevância da Idade Média, tida por ele como um período de barbarismo. Em segundo lugar, Hume considera a história como instrumento privilegiado para observar o comportamento do homem através da sua experiência no mundo. Em *Investigação Acerca do Entendimento Humano* (1748), o pensador escocês analisa o propósito da história da seguinte maneira:

A humanidade é tão parecida, em todas as épocas e lugares, que a história não nos informa nada particularmente novo ou estranho.

Seu principal objetivo é descobrir os princípios constantes e naturais da natureza humana ao mostrar os homens em todas as suas variedades de circunstâncias e situações, e nos fornecer com materiais dos quais podemos formar nossas observações e nos tornarmos familiarizados com as fontes de ação e comportamento humano. (HUME, 1975, p. 18)

O papel da história para Hume é, portanto, servir de lente de aumento cronológica para melhor entender como o homem se comporta em momentos específicos da existência. Agindo como um cientista em laboratório, o historiador teria a capacidade de identificar quais seriam os padrões de comportamento do homem em diferentes circunstâncias e, assim, delinear maneiras de melhor vivência em sociedade para atingir o progresso da civilização.

David Hume, assim como outros pensadores do Iluminismo Escocês, considera a noção de progresso como intrinsecamente ligada a questões de particular importância para a Grã-Bretanha do século XVIII, como a regulação dos poderes da monarquia e o avanço de práticas econômicas e comerciais. Catharine Macaulay, em seu *The History of England*, aborda o desenvolvimento da humanidade de maneira mais ampla. Apesar de sua proposta histórica também incluir discussões políticas e financeiras, Macaulay condiciona o progresso ao aumento da liberdade individual. Liberdade, para a autora, é o direito que todo ser humano tem de se expressar socialmente e politicamente - e o fato da autora partilhar de alguns ideais dos “dissidentes” britânicos reforça essa postura. Essa noção de liberdade em Macaulay é ainda mais destacada quando a autora a estende para o papel dos gêneros. Para ela, não há motivos que impeçam uma mulher de buscar uma presença mais efetiva em sociedade, inclusive clamando por uma maior liberdade individual. No prefácio do primeiro volume de *The History of England*, ela afirma: “As odiosas censuras que podem ocorrer ao me lançar por uma estrada literária raramente caminhada pelos membros do meu sexo não irão permitir uma consideração egoísta para me manter muda na causa da liberdade.” (MACAULAY, 1778, p. 5)

Mesmo assim, passagens como a citada acima são pouco recorrentes nos escritos históricos de Catharine Macaulay. Sendo uma das primeiras mulheres britânicas a se lançar no estudo historiográfico, chama a atenção o fato da autora pouco especular sobre a história do ponto de vista feminino - são raras as menções às grandes mulheres do

passado e seu papel no desenvolvimento da civilização. Ao analisar o passado inglês, suas tendências republicanas e seu ataque ao controle monárquico acabam se sobrepondo a um protesto mais significativo sobre a questão da mulher.

É em 1790 que Catharine Macaulay vai lançar um de seus trabalhos mais influentes analisando a inferioridade social da mulher em tom de protesto. Trata-se de *Letters on Education With Observations on Religious and Metaphysical Subjects*. Nessa obra, Macaulay insiste em sua defesa da liberdade individual, só que desta vez aliando a mesma à análise das questões de gênero. Através de uma perspectiva de cunho metafísico, a autora promove uma filosofia da educação que inclui as mulheres, afirmando que as mesmas permaneceriam em condição social e intelectual inferior enquanto não recebessem as mesmas oportunidades de aprendizagem que os homens.

O conceito central de *Letters on Education* é que “o caráter de nossa espécie é formado pela influência da educação” (MACAULAY, 1996, p. 84). A partir dessa premissa, Macaulay vai desbancando um a um os paradigmas sobre o comportamento e a moralidade de indivíduos em sociedade. Assim sendo, a intervenção divina ao dotar certas pessoas de uma maior capacidade intelectual torna-se, para a autora, um pensamento infundado. Da mesma forma, a inferioridade atribuída a determinados indivíduos devido a fatores inerentes a eles (como raça e sexo) é descartada por Macaulay. Para ela, é através do aprendizado formal que se molda o homem como animal social. Dessa maneira, a intelectualidade estaria fortemente ligada a uma filosofia da educação que se funda em perspectivas epistemológicas que vão além do mero antagonismo superior/inferior.

É em *Letters on Education* que Macaulay vai se posicionar mais claramente em relação à posição das mulheres em sociedade. De maneira geral, a autora atesta que as capacidades intelectuais da mente humana independem de gênero e, por essa razão, as mulheres deveriam receber as mesmas oportunidades de educação que os homens. Através dessa política de aprendizado, não apenas as mulheres seriam beneficiadas, mas também a sociedade como um todo, sendo moralmente mais aperfeiçoada. Este foi um projeto de filosofia educacional bastante ambicioso da parte de Macaulay, já que sua proposta igualitária até mesmo no contexto iluminista era vista como inovadora.

Escrito no formato epistolar, *Letters on Education* deve muito de seu embasamento filosófico ao *Ensaio acerca do Entendimento Humano*

de John Locke. De forma geral, foi nesse texto que Locke atestou de forma célebre que a mente humana no momento do nascimento se assemelharia a uma folha em branco, que posteriormente seria moldada de acordo com a experiência. Assim sendo, a personalidade e identidade não seriam inatas, mas formuladas de acordo com o contexto social. Ecos do pensamento de Locke reverberam na escrita de Macaulay quando a autora contesta a noção de que certas características negativas presentes nas mulheres do século XVIII decorriam exclusivamente devido à natureza de seu sexo. Ela afirma: “Todos aqueles vícios e imperfeições que vem sendo considerados inseparáveis do caráter feminino não procedem de maneira alguma de causas sexuais, mas são inteiramente o efeito da situação e da educação.” (MACAULAY, 1996, p. 202).

A partir desta prerrogativa, Macaulay procurar libertar as mulheres de opiniões estereotipadas, como as de que elas só teriam interesse naquilo que se relacionasse aos conceitos de beleza, vaidade ou refinamento. Sendo educadas formalmente, elas seriam tão capazes quanto os homens em áreas diversas como a filosofia, a política e a economia. Para a autora, havia um enorme abismo entre a educação entre os sexos. Mesmo quando as mulheres recebiam algum tipo de aprendizagem, esta era praticamente inútil, já que imperava a “ideia absurda de que a educação de mulheres deveria ser de um tipo oposto ao dos homens.” (MACAULAY, 1996, p. 47).

Para Catharine Macaulay, uma política educacional igualitária para ambos os sexos está diretamente relacionada ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa, já que a educação “tende a estimular os princípios de igualdade e benevolência”. (MACAULAY, 1996, p. 236) Portanto, a iniciativa progressista do Iluminismo só seria completa no pensamento de Macaulay com a perfeição da moralidade e dos costumes proporcionada pela educação formal das mulheres - não apenas com relação a aspectos de delicadeza e sensibilidade, mas também nas áreas de conhecimento onde sua capacidade intelectual ainda não tinha recebido o devido estímulo. Como a própria concluiu em *Letters on Education*:

Existe apenas uma regra para a conduta de todos os seres racionais: consequentemente que a verdadeira virtude em um sexo seja vista igualmente em outro, toda vez que uma oportunidade se oferecer; e vice versa, o que é imoral em um sexo, não pode ter uma propriedade diferente quando encontrado em outro. (MACAULAY, 1996, p. 201)

O conjunto da obra de Catharine Macaulay teve um impacto fundamental na formação intelectual da mais notável pensadora sobre a questão da mulher no século XVIII: Mary Wollstonecraft. Grande admiradora de *Letters on Education*, Wollstonecraft foi uma das mais distintas vozes do pensamento progressista britânico ao final do “século das luzes”, tendo produzido tratados filosóficos, livros infantis, romances, obras históricas e narrativas de viagem. A autora via no contexto social do Iluminismo uma situação mais do que propícia para advogar em favor das mulheres, em especial a questão da educação feminina.

A biografia de Mary Wollstonecraft é tão ou mais conhecida que sua própria obra: o nascimento em uma família de posses que perdeu praticamente tudo com a má administração financeira; o pai alcoólatra que batia na mãe; as relações amorosas complicadas que a levaram a mais de uma tentativa de suicídio; o casamento com o filósofo radical William Godwin; a morte no parto de sua filha, Mary, que depois se tornaria célebre ao escrever o romance *Frankenstein*. Com uma vida tão intensa, Wollstonecraft teve a oportunidade de acesso direto à situação difícil da mulher britânica ao final do século XVIII e ao novo status do pensamento europeu antes e depois da revolução francesa (que a autora presenciou *in loco*).

O arcabouço intelectual da época serviu de terreno fértil para que Mary Wollstonecraft pudesse desenvolver suas próprias ideias, fossem elas a favor ou contra a maioria dos princípios compartilhados pela mentalidade iluminista. Leitora de Hume, Smith e Locke, assim como Voltaire e Rousseau, ela apresentava em seus escritos um profundo conhecimento dos questionamentos desses autores sobre educação, moralidade, costumes e ciência. Um exemplo disso é a obra *The Female Reader*, de 1789, em que a autora, pensando no tipo de leitura que jovens moças britânicas teriam ao final do século XVIII, faz uma compilação dos principais pensadores do período.

Os escritos profeministas de Catharine Macaulay, contudo, eram influência constante na produção de Mary Wollstonecraft. Um ponto em comum no pensamento das duas autoras é a ideia de que não existe moralidade sem uma boa e efetiva educação. Ambas também apoiavam os princípios que sustentavam a Revolução Francesa e viam as relações sociais através da lógica protestante, onde a retidão e a moral eram fundamentais. Um aspecto presente em Macaulay, porém mais aprofundado em Wollstonecraft, é uma ousada crítica a dois dos grandes pensadores do período: Edmund Burke e Jean-Jacques Rousseau.

Edmund Burke foi um dos mais notáveis membros do partido Whig no século XVIII. Sua defesa das colônias norte-americanas e seu posicionamento contra o conceito do direito divino dos reis, entre outros fatores, associavam o autor inequivocamente a um pensamento de natureza mais liberal. Em 1789, Burke se correspondeu com um aristocrata francês, Charles-Jean-François Depont, sobre questões referentes à queda da Bastilha e outros aspectos da Revolução Francesa. Em duas cartas - que depois se converteriam na obra *Reflexões sobre a revolução em França* (1790) - Burke, em uma surpreendente guinada conservadora, se mostra claramente contrário aos princípios da Revolução Francesa. Mesmo sendo a favor da limitação dos direitos dos monarcas, o autor era contra o conceito de *revolução* - para ele, a propriedade privada e a tradição deveriam ser preservadas a qualquer custo e o povo, se quisesse realmente mudanças sérias, deveria clamar por uma reforma baseada nas leis nacionais já estabelecidas constitucionalmente. Para o autor, o que ocorria na Revolução Francesa era uma deturpação das crenças iluministas. A educação das massas, por exemplo, era vista por Burke como uma ideia perigosa, já que poderia levar conhecimento a indivíduos que não teriam nenhum compromisso com a tradição e as leis, levando toda uma nação a um estado de anarquia.

Em uma obra anterior, *A Philosophical Enquiry into the Origin of Our Ideas of the Sublime and the Beautiful* (1757-9), Edmund Burke também tratou de um assunto caro à Mary Wollstonecraft. A partir de uma investigação sobre as percepções estéticas e como elas se fundavam em uma diferenciação de gêneros, o autor associou o *sublime* a elementos masculinos e a *beleza* a elementos femininos. Porém, o autor articula um discurso onde o que é belo no feminino está vinculado a uma certa noção de inferioridade e fraqueza. Burke afirma:

Existe uma ideia atual (...) de que a Perfeição é a causa constituinte da beleza (...) Essa qualidade, encontrada principalmente no sexo feminino, quase sempre carrega consigo uma ideia de fraqueza e imperfeição. As mulheres têm noção disso; por essa razão, elas aprendem a falar com defeitos de pronúncia, a andar de forma cambaleante, para simular fraqueza, e até mesmo doença. (BURKE, 1998, p. 203-4)

Mary Wollstonecraft vai responder às opiniões de Edmund Burke especialmente em sua obra *A Vindication of the Rights of Men* (1790). Com um título que parece remeter ao tipo de linguagem utilizada por John Locke, a autora estabelece em seu texto uma relação entre políti-

ca, normas sociais e igualdade de direitos. Wollstonecraft esteve na França no período da revolução e partilhava dos princípios que guiavam o movimento. Portanto, o apego de Burke à tradição europeia, fundada no gótico e no medievalismo, representavam para Wollstonecraft o oposto de tudo que podia levar a humanidade ao progresso. Em uma crítica direta à defesa de Burke por uma reforma constitucional gradativa, a autora contesta:

Se a constituição da França fosse remodelada, ou mais cuidadosamente modificada, pelos amantes da elegância e da beleza, é natural supor que a imaginação teria construído um frágil e temporário edifício (...). E a gloriosa *chance* que é agora dada à natureza humana de alcançar mais virtude e felicidade do que existiu até agora no mundo, teria sido sacrificada por um meteoro de imaginação, uma bolha de excitação. (WOLLSTONECRAFT, 1997, p. 35)

Não há para a autora, portanto, outra solução possível para o fim da tirania e causa para o alvorecer de uma nova sociedade progressista além da revolução. A reforma gradual e respeitadora das tradições apenas retardaria a necessidade dos franceses de causar um rompimento importantíssimo em sua história política.

Sobre a noção defendida por Burke de que a inferioridade e a fraqueza fazem parte da essência da beleza, Mary Wollstonecraft acusa o autor de colocar em segundo plano as virtudes morais que realmente importam na vivência em sociedade, como verdade, justiça e sabedoria. A autora afirma ironicamente que as mulheres, ao ler os escritos de Burke, podem entender que, para serem amadas, devam fingir estar doentes ou ter aquele “andar de forma cambaleante” mencionado pelo autor (WOLLSTONECRAFT, 1997, p. 34).

A questão da mulher vai se tornar tema central da obra de Mary Wollstonecraft no revolucionário *A Vindication of the Rights of Woman* (1792). Profundamente influenciado pelo pensamento de Catharine Macaulay, especialmente *Letters on Education*, esse texto de Wollstonecraft é considerado fundador de toda uma filosofia feminista. Nunca antes uma obra tinha sido tão direta em seu protesto contras as injustiças sofridas pelas mulheres. Em um período em que a figura feminina tinha seu papel em sociedade limitado, a autora ousou propor uma nova maneira de analisar as questões de gênero, tendo como foco os efeitos sociais em vez de ideias de conteúdo moral.

Em várias passagens de *A Vindication of the Rights of Woman*, Wollstonecraft apresenta suas observações sobre a condição indigna das mulheres ao final do século XVIII a partir de uma dura crítica ao pensamento de um dos mais célebres filósofos iluministas: Jean-Jacques Rousseau. Em sua obra seminal *Emílio ou Da Educação*, o pensador genovês propõe uma maneira radical de educação - o Emílio de seu texto tem suas tendências naturais desenvolvidas, o que o torna capaz de manter a fé em seus instintos e em sua bondade inata, preservada das mazelas sociais. Contudo, esse processo educacional formador é bastante diferenciado daquele proposto para a futura esposa de Emílio, Sophie. Na perspectiva de Rousseau, Sophie deveria ser treinada para controlar seus impulsos, em um estado de constante dependência de seu marido, sendo sempre sensível e agradável. O autor escreve em *Emílio*: “A coisa mais desejada em uma mulher é a delicadeza; formada para obedecer a uma criatura tão imperfeita quanto o homem (...) ela deve aprender desde cedo a se submeter à injustiça e a sofrer os erros impostos a ela pelo seu marido sem reclamar.” (ROUSSEAU, 2004, p. 76)

A resposta de Mary Wollstonecraft às ideias de Rousseau não poderia ser mais direta: “Que disparate!” (WOLLSTONECRAFT, 2006, p. 175) A partir daí, a autora questiona não apenas o autor de *Emílio*, mas todos os outros filósofos que insistem na inferioridade intelectual feminina. Wollstonecraft não nega que em se tratando de atributos físicos as mulheres encontram-se abaixo dos homens; contudo, as “virtudes [de homens e mulheres] devem ser da mesma qualidade, se não do mesmo grau, ou a virtude é uma ideia relativa.” (*Idem*). Para ela, assim como para Macaulay em *Letters on Education*, o aspecto mais paradoxal da escrita de Rousseau era que, em uma obra de profunda reflexão progressista, ele advogava em favor de uma segregação a partir dos gêneros. Em *Emílio*, essa separação se funda na ideia de que para a existência de uma comunidade com moral e ética, é necessária uma relação perfeita: a mulher voltada para os aspectos domésticos e da sexualidade; e o homem voltado para a razão e para a intelectualidade.

Se Rousseau vê algum propósito na educação feminina, afirma Wollstonecraft, é em seu direcionamento a fim de tornar as mulheres mais agradáveis (*Idem*, p. 177). Servindo de figuras subservientes e delicadas, elas servem, de acordo com o filósofo genovês, como contraponto emocional desejado para um homem ocupado com seus afazeres racionais. O único poder que as mulheres exercem sobre o

homem é da ordem sexual e, portanto, se elas forem educadas da mesma maneira que os homens, esse tipo de influência encontra-se ameaçada (o que no final das contas será pior para eles do que para elas). Wollstonecraft, numa resposta que depois vai ecoar por toda história da filosofia feminista, atesta: “Eu não quero que [as mulheres] tenham poder sobre os homens; mas sim sobre elas próprias.” (*Idem*, p. 187).

Nota-se também em *A Vindication of the Rights of Woman* uma mudança de pensamento no princípio de igualdade de gênero no casamento, especialmente ao considerarmos a família como microcosmo da organização política. Enquanto nos escritos de Mary Astell há uma tendência em posicionar a figura masculina como “monarca” ao qual a mulher deve obediência, na obra de Mary Wollstonecraft essa analogia, além de perder o sentido, é tratada como vergonhosa para os homens em geral. A autora apresenta essa questão da seguinte forma:

Os muitos sempre foram escravizados pelos poucos; e monstros (...) já tiranizaram milhares de seus irmãos. Por que então homens de maiores talentos se submeteram a tamanha degradação? Pois não é universalmente sabido que reis, vistos coletivamente, sempre foram inferiores, em habilidades e virtude, ao mesmo número de homens retirados das massas - e ainda assim, não são eles ainda tratados com um grau de reverência que é um insulto à razão? (*Idem*, p. 185)

Assim sendo, um paralelo historicamente lógico entre o micro (o ambiente familiar) e o macro (a arena política) é desconstruído por Mary Wollstonecraft ao inaugurar uma nova epistemologia - que em muito deve a Locke - baseada em preceitos igualitários. Assim como os monarcas tinham seus direitos divinos contestados, as figuras masculinas também não teriam um motivo racional, na visão da escritora, para subjugarem as mulheres. Elas, assim como a população de um país, têm o direito de lutar por uma posição social mais justa. A própria Wollstonecraft resume este conceito: “Eu amo o homem como meu companheiro; mas seu cetro, real ou usurpado, não se estende a mim.” (*Idem*, p. 184).

Em suma, podemos dizer que o século XVIII apresentou uma das maiores rupturas epistemológicas do pensamento ocidental. Dentre as revoluções do pensamento associadas ao Iluminismo, é notório que foi nesse período que se iniciou uma maior discussão sobre o papel social das mulheres, especialmente com relação a sua importância na história britânica e à necessidade de uma educação mais igualitária, capaz de

mudar a posição de inferioridade com relação aos homens em que se encontravam. O progresso tornou-se o fim comum almejado pela civilização europeia, e a percepção de que uma maior igualdade de gêneros era um dos fatores fundamentais para isso brotou entre diversos pensadores da época. Como disse Mary Wollstonecraft, “as mulheres tinham adquirido todas as falhas e defeitos da civilização, e tinham perdido o seu proveitoso fruto” (*Idem*, p. 186). No século XVIII, com autores como William Alexander, Mary Astell, Catharine Macaulay e a própria Mary Wollstonecraft, finalmente as mulheres começariam a tirar proveito desse “fruto”.

#### ABSTRACT

In the 18th century, thinkers from diverse areas of knowledge gave birth to a new epistemological perspective to the Western world. In philosophy, economy and politics, among other fields, groundbreaking ideas disrupted the paradigms of European thought. Those revolutionary concepts became historically known under the term Enlightenment. It is in that new intellectual scenario that a new group of authors emerges in Britain, questioning the position of social inferiority in which women are placed. William Alexander, Mary Astell, Catharine Macaulay and Mary Wollstonecraft are some of the thinkers who write works with a protofeminist framework, launching the foundations for a philosophy of emancipation and equal rights for 18th century women. From the writings of philosophers such as David Hume, John Locke and Jean-Jacques Rousseau (and a critical approach to them), those voices that claim for more equality in the treatment of female characters articulate a new positioning of women on historical, social and educational levels.

KEY WORDS: philosophy, enlightenment, protofeminism

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, William. *The History of Women*. Dublin: J.A. Husband, 1779.
- ASTELL, Mary. *The Christian Religion*. London: R. Wilkin, 1705.
- \_\_\_\_\_. Some reflections upon marriage. *The Norton Anthology of English Literature*. New York: W.W. Norton & Company, 2006.
- BURKE, Edmund. *A Philosophical Enquiry into the Origin of our Ideas of the Sublime and Beautiful*. London: Penguin Classics, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Reflexões sobre a revolução em França*. Brasília: Editora UnB, 1997.
- FITZPATRICK, Martin et alii. *The Enlightenment World*. New York: Routledge, 2004.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. "A History of the Concept "Modern"". *Making Sense in Life and Literature*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.
- HUME, David. *An Enquiry Concerning Human Understanding*. Oxford: Clarendon Press, 1975.
- \_\_\_\_\_. "Da origem e progresso das artes e ciências". *Hume: vida e obra*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- KANT, Immanuel. "Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo?". *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- \_\_\_\_\_. *The Reasonableness of Christianity*. Stanford: Stanford University Press, 1958.
- \_\_\_\_\_. *Two Treatises of Civil Government*. London: Everyman's Library, 1996.
- MACAULAY, Catharine. *The History of England vol 1*. London: R. Curtwell, 1778.
- \_\_\_\_\_. *Letters on Education*. London: Pickering & Chatto, 1996.
- MERRILL, Kenneth R. *Historical Dictionary of Hume's Philosophy*. Lanham: Scarecrow, 2008.
- O'BRIEN, Karen. *Women and Enlightenment in Eighteenth-Century Britain*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SHELLEY, Mary. *Frankenstein*. London: Penguin Classics, 1992.
- SMITH, Adam. *Investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **The Female Reader**. London: Joseph Johnson, 1789.  
\_\_\_\_\_. "A Vindication of the Rights of Men". **The Vindications**. Toronto: Broadview, 1997.

\_\_\_\_\_. "A Vindication of the Rights of Woman". **The Norton Anthology of English Literature**. New York: Norton & Company, 2006.

NOTA

<sup>1</sup> Tradução livre. Todas as traduções de textos em língua inglesa são do autor

---

Data de recebimento: 30 de março de 2011

Data de aprovação: 25 de junho de 2011